

André Azevedo da Fonseca. **A encenação do prestígio: o papel dos elogios circulares na legitimação e exclusão de grupos sociais no interior mineiro (1940).** (Unesp/Franca – Doutorando)

Nos anos 1940, a imprensa da cidade de Uberaba, localizada no interior de Minas Gerais, existia basicamente para que as elites econômicas, políticas e intelectuais da região do Triângulo Mineiro pudessem trocar elogios públicos entre si. Em um município onde a maior parte da população era pobre, analfabeta<sup>1</sup> e morava no meio rural<sup>2</sup>, aquele seletos grupo social precisava empreender um esforço considerável para convencer a todos e a si mesmo de que Uberaba era uma sociedade próspera, civilizada e metropolitana. Ao mesmo tempo, era preciso demonstrar que essa cidade formidável contava com uma elite altamente instruída, avançada e altruísta, constituída por cidadãos exemplares que possuíam todas as virtudes necessárias para a administração pública. Dessa forma, os jornais locais se tornaram verdadeiros palcos para uma encenação permanente de um restrito círculo de atores sociais em busca de consideração, estima e prestígio. Se o Estado Novo havia abolido as eleições e silenciado a política partidária, os atores sociais não deixaram de desenvolver dinâmicas mais plásticas, maleáveis e engenhosas de fazer política.

À primeira vista, podemos observar que o conteúdo editorial dos principais jornais uberabenses do início dos anos 1940 limitavam-se ao registro de eventos sociais, tais como inaugurações, cerimônias, aniversários, noivados, casamentos, bodas, falecimentos, viagens, colações de grau, além das notícias esportivas e dos comunicados da prefeitura. Em geral, os artigos assinados tratavam dos mais variados assuntos livrescos ou procuravam expressar o ufanismo das elites locais. Os dois únicos problemas sociais que vez ou outra apareciam na imprensa eram, em primeiro lugar, o número excessivo de leprosos e de crianças abandonadas que perambulavam pela cidade pedindo esmola; e, em seguida, as constantes interrupções no precário sistema de fornecimento de água e energia do município. Contudo, no pano de fundo de todo esse noticiário, os jornais jamais deixaram de cumprir as funções primordiais de enaltecer as virtudes morais das elites e formar uma imagem superestimada das potencialidades da cidade. Na prática, o jornalismo uberabense era pouco mais do que uma infundável coluna social que, longe de expressar uma delicadeza desinteressada, funcionava como uma bolsa de valores onde se especulava a cotação das reputações pessoais. E era precisamente essa função que tornava a imprensa indispensável para os projetos políticos daqueles seletos grupos sociais à procura de

---

<sup>1</sup> Em Minas Gerais, apenas 38,8% da população adulta era considerada alfabetizada em 1940. (Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.)

<sup>2</sup> Em Minas Gerais, a agricultura, a pecuária, as atividades domésticas ou escolares ocupavam 83% da população adulta em 1940. (Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946)

legitimação, pois os jornais eram um dos principais palcos onde eles desempenhavam o seu poder simbólico sobre a sociedade.

As elites urbanas – industriais, proprietários, comerciantes, altos funcionários públicos e profissionais liberais – procuravam periodicamente os jornais para que os redatores noticiassem seu caráter bondoso e expressassem publicamente um julgamento favorável à sua conduta social e familiar. Com isso, verificamos que esses personagens buscavam obter admiração pública através de uma ostentação adocicada de seu poderio – ou seja, eles não queriam distinguir-se apenas como pessoas abastadas; mas sim, abastadas e caridosas.

Como explica Bourdieu<sup>3</sup>, uma classe social não se define apenas pela sua posição na estrutura social, mas igualmente pelo fato de que seus membros “se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes”. Através de uma lógica sistemática, as elites procuram impor suas “diferenças de situação e posição” até transformá-las em “distinções significantes”. Assim, através das “marcas de distinção”, os sujeitos sociais definem, para si e para os outros, o papel que cabe a cada um na “ordem cultural” da sociedade. Para Bourdieu, o grupo de status diz respeito aos modos de apresentação social e aos “privilégios honoríficos” que se traduzem no uso de determinadas roupas, no ato de freqüentar determinados lugares, no consumo de iguarias específicas, no lazer ostentatório e nas regras que normatizam as trocas sociais. Ou seja, os grupos de status se distinguem de acordo com a “arte de bem consumir” e pelo “estilo de vida” que simboliza a posição diferencial dos agentes na estrutura social.

No século XIX, Uberaba experimentara uma era de relativa prosperidade comercial, sobretudo devido ao status de terminal ferroviário e de ponto de passagem obrigatório para o sertão. No entanto, devido a uma série de fatores regionais, a partir do início do século XX passou a sofrer uma vertiginosa decadência urbana e foi levada a concentrar sua economia na atividade rural<sup>4</sup> – fato que não deixou de provocar algum ressentimento nas minoritárias elites urbanas. Nesse contexto, verificamos que a necessidade de forjar a imagem de uma elite civilizada, culta e elegante nessa pequena cidade ilhada por pastagens de gado pode ser observada em quase todas as notícias de eventos sociais publicadas no diário uberabense *Lavoura e Comércio*. Um exemplo disso pode ser encontrado na cobertura da inauguração da nova sede do Jôquei Clube, na virada do Ano Novo de 1940.

---

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

<sup>4</sup> REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)**. 1983. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.

Uberaba assistiu na noite de 31 de dezembro a mais deslumbrante parada de elegância e bom gosto, ao realizar a sua maior festa social com a inauguração da nova sede do Jóquei Clube.

Os salões daquela sociedade receberam, na última noi[t]e do ano, o que Uberaba possui de mais representativo e de maior destaque na sua elite, numa cooperação magnífica entre a beleza e a magnificência das toilettes, as mais vistosas e as mais caras, e a suntuosidade do salão do Jóquei Clube, motivo de admiração de quantos o visitavam naquele instante e compreendiam a dádiva estupenda que os dinâmicos diretores de nossa principal sociedade recreativa legaram à nossa cidade, tornando-a possuidora de um ponto de reuniões igual ao dos grandes centros do país.<sup>5</sup>

Nesse discurso que procurava construir e demarcar o espaço das elites na ordem cultural da sociedade, havia uma forte tendência para supervalorizar tudo aquilo que pudesse servir como marcas de distinção dessa minoria social. Dessa forma, cada evento social realizado, cada empreendimento inaugurado ou cada colação de grau efetuada nas escolas da cidade eram apresentados como exemplos da eminente guinada daquele município rumo aos mais altos estágios da civilização. Todavia, em um contexto de pobreza urbana que constituía a realidade daquela cidade, a maneira encontrada pelos redatores para expressar esse imaginário era carregar na retórica e projetar a tão almejada modernidade de Uberaba para o campo das possibilidades.

A construção do prédio do Jóquei Clube representa uma etapa inicial da escalada que Uberaba está fazendo às nuvens. Produto da iniciativa particular, a construção desse prédio dá, bem, uma demonstração do espírito empreendedor da gente de Uberaba, dessa gente admirável que irradiou seu comércio por Goiás e Mato Grosso, fez uma raça de bois gigantescos, criou escolas em toda a parte a se dá inteiramente a todas as tarefas da civilização.<sup>6</sup>

Para ilustrar o espírito arrojado dos admiráveis uberabenses, era necessário criar a impressão de uma sociedade dotada de uma elite profissional à altura das aspirações civilizatórias do imaginário local. Assim, os redatores se puseram a prodigalizar elogios a todo conterrâneo responsável por qualquer empreendimento efetinado em Uberaba. Um exemplo dessa dinâmica pode ser encontrado nos louvores que o *Lavoura e Comércio* endereçou ao construtor João Laterza, afirmando que ele realizara, com o “palácio maravilhoso” do Jóquei Clube, uma verdadeira “obra de beleza arquitetônica”.

Fiquei encantado com a nova obra de João Laterza. Fiquei encantado e cheio de orgulho de possuí-lo como meu conterrâneo (...). Considerava-o um moço operoso e inteligente. De inteligência trepidante e de espírito arrojado e de iniciativas audazes. Mas não o julgava – com sinceridade – capaz de uma consecução da envergadura da nova sede da aristocrática sociedade uberabense.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> FOI uma festa de elegância e de beleza a inauguração da sede do Jóquei Clube. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 2 jan. 1940.

<sup>6</sup> A INAUGURAÇÃO do edifício do Jóquei Clube de Uberaba. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 1 jan 1940. p. 1.

<sup>7</sup> JOÃO Laterza. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 mar. 1940. p. 5.

Fernando Terra, o diretor do Jôquei Clube, também foi exaustivamente lisonjeado.

Fernando Terra, aliás, é caracteristicamente, um dinâmico cerebral e um voluptuoso das realizações utilitárias e civilizadoras. Basta lançar um golpe de vistas sobre a sua vida pública, para colher-se, sem esforço algum, a convicção de que “servir” é o traço vinculante de sua personalidade.

Não sabe ser inerte e muito menos decorativo nos postos, quase sempre espinhosos e árduos, que se lhe dão. Deixa de sua passagem por eles vincos profundos e luminosos, marcas indeléveis de inteligência criadora e de incomum espírito prático e combativo.<sup>8</sup>

Com este trecho, observamos com nitidez o traço moral que caracterizava a distinção pública nessa cidade. Fernando Terra – diretor daquilo que o jornal chamava de “sede da aristocrática sociedade uberabense” – não era apenas um “dinâmico cerebral e um voluptuoso das realizações utilitárias e civilizadoras”; mas era, acima de tudo, um homem de espírito “prático e combativo”, que estava sempre disposto a ocupar cargos “espinhosos e árduos” unicamente para “servir” à vida pública. Ou seja, o prestígio de que era depositário não era resultado apenas de sua posição social ou de sua competência profissional, mas, sobretudo, de seu caráter abnegado e altruísta, de sua bondade pessoal e de sua disposição para servir.

Deste modo, para que um membro das elites uberabenses pleiteasse estima social, verificamos que não bastava ostentar suas posses de forma isolada, mas era preciso agregar à sua imagem alguns elementos morais que afixassem a admiração pública da qual se pretendia merecedor. Assim, na coluna social no *Lavoura e Comércio*, todo industrial, negociante, proprietário, advogado, farmacêutico, bancário ou funcionário público elogiado por ocasião de seu aniversário era invariavelmente “ilustre”, “digno”, “conceituado”, “acreditado”, “abalizado”, “adiantado”, “correto”, “insigne”, “distinto”, “ilustrado”, “brilhante”, “proficiente”, “competente”, “laborioso”, “cavalheiro”, “estimado” e “benquisto”. Em geral, todas as pessoas desfrutavam de “elevado grau de consideração” no seio da sociedade uberabense e contavam com um grande círculo de amigos e admiradores.

Silvio Carreto, por exemplo, era um “abastado negociante” que desfrutava de estima na sociedade “em conseqüência de seus dotes morais”<sup>9</sup>. Orlando Bruno, grande industrial da cidade, era um moço de “belos predicados morais e de coração”, um “honrado e digno chefe de família”, um amigo “serviçal e lealdoso” e, por isso, pertencia à “galeria dos homens de real valor de nossa sociedade, a qual tem em elevado apreço a sua pessoa”<sup>10</sup>.

As damas da elite uberabense eram sempre “virtuosas”, “distintíssimas” ou possuíam “invejáveis prendas espirituais” e “apreciáveis virtudes morais e domésticas”. Por exemplo: a

<sup>8</sup> ESSE Fernando Terra... *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 2 jan. 1940. p. 1.

<sup>9</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 16 fev. 1956. p. 5.

<sup>10</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 9 nov 1940. p. 5.

digníssima senhora Carmem Monte Freire, dedicada esposa do estimado comerciante Alfredo Freire, era uma dama “das mais distintas prendas morais e de coração”.<sup>11</sup> Raula de Chirée Jardim, esposa de Quintiliano Jardim, o diretor do jornal, era uma “dama das mais acrisoladas prendas morais”<sup>12</sup>. Os filhos de famílias de prestígio eram “distintos”, “diletos”, “galantes”, “inteligentes”, “interessantes” ou “talentosos”. As meninas e senhorinhas eram “graciosas”, “queridas”, “galantes”, “prendadas”, “inteligentes” ou “gentis”. A garota Mary, por exemplo, era a “estremecida filha” de Aquilino Lóis, um “considerado” proprietário da cidade<sup>13</sup>. A “gentilíssima” senhorita Vera Sabino de Freitas, prendada filha do comerciante Fernando Sabino de Freitas, era um “fino ornamento da nossa sociedade”<sup>14</sup>.

A cobertura jornalística dos eventos sociais era toda voltada para a retro-alimentação daquele circuito de amabilidades que unia as elites locais. Nas notícias do *Lavoura e Comércio*, o palestrante sempre proferia uma “formosa oração de agradecimento”; o discurso era sempre “fulgurante”, “magnífico e lapidar”, conseguia “empolgar a assistência” e invariavelmente terminava em meio a “grandes salvas de palmas”. Todas as saudações eram “calorosas” e todo acontecimento era “memorável”.

Um aspecto importante que deve ser assinalado é precisamente o caráter circular dos louvores públicos. Ou seja, em um verdadeiro sistema de auto-legitimação, os membros daqueles grupos adulavam-se uns aos outros e esperavam, dessa forma, ser igualmente elogiados pelos pares. Na transação especulativa de gentilezas mútuas que procurava capitalizar a reputação e o prestígio de todos, as considerações de estima tinham como pressuposto a gratidão e a reciprocidade. Encontramos um bom exemplo dessa dinâmica na notícia de uma restrita reunião do Rotary Clube<sup>15</sup> realizada em março de 1940. Nessa ocasião, o jornal *Lavoura e Comércio* foi solenemente homenageado pelos rotarianos. O redator do vespertino uberabense, Georges Chirée de Jardim, convidado especial para o encontro, tomou a palavra e, elogiando o Rotary, agradeceu as homenagens que haviam sido prestadas ao jornal. Por conseguinte, em uma verdadeira homenagem àqueles que o haviam homenageado, a notícia que redigiu sobre essa pequena reunião ganhou grande destaque no *Lavoura e Comércio*. Ou seja, o Rotary homenageava o *Lavoura* e, como forma de gratificação, o *Lavoura* noticiava que havia sido homenageado e, com isso, enaltecia a importância do Rotary e conferia visibilidade social a essa transação.

---

<sup>11</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 9 nov. 1940. p. 5.

<sup>12</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 16 dez. 1940. p. 3.

<sup>13</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 9 nov. 1940. p. 5.

<sup>14</sup> VIDA social. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 11 nov. 1940. p. 2.

<sup>15</sup> REUNIÃO-SE o Rotary club de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba. 14 mar 1940. p. 6.

## A estética da caridade

Baczko<sup>16</sup> procurou mostrar que o estudo da imaginação social oferece uma grande contribuição para a compreensão das manifestações do poder. Através dos imaginários, uma coletividade constrói uma certa representação de si, qualifica a sua identidade, exprime e impõe crenças comuns, organiza a distribuição dos papéis sociais e traça uma espécie de “código de bom comportamento” por meio do estabelecimento de modelos ideais de conduta. Ao manejar símbolos e representações, os grupos de poder guiam ações, canalizam energias e, em última instância, legitimam violências. O controle do imaginário contribui, portanto, para o estabelecimento de uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar” e a sua razão de ser. A imaginação social torna-se, nessa perspectiva, uma das principais forças reguladoras da vida coletiva. Por isso, o domínio do simbólico constitui-se em um instrumento bastante eficaz no exercício da autoridade.

No imaginário daquela sociedade predominantemente cristã e conservadora, o procedimento mais empregado para ser “bem visto” e “querido” por todos era, evidentemente, a ostentação pública de ações caridosas. Deste modo, o tema dos leprosos e das crianças abandonadas que mendigavam pela cidade tornou-se um verdadeiro palco iluminado para a encenação da imagem piedosa, misericordiosa e filantrópica dos uberabenses. É interessante observar, todavia, que esse espírito caridoso jamais esteve desvinculado de um discurso policial que procurava expurgar aquelas figuras indesejáveis do convívio social. Como veremos, a relação das elites conservadoras com os miseráveis foi regida por muitas ambigüidades.

Em 1940, os jornais uberabenses criavam uma representação terrivelmente assustadora dos leprosos:

São pobres homens, infelizes trapos humanos que perambulam pelas ruas, trazendo pelas rédeas os seus únicos grandes amigos, os únicos que não os abandonam, seus cavalos.

Para alguns são eles repulsivos, a outros causam grande comiseração. (...)

Mas esses infelizes desgraçados, dignos de toda a piedade e amparo, são perigos ambulantes para a população de uma cidade sujeita ao seu contato, às vezes involuntário.

As esmolas que recebem são moedas que voltam, depois, à circulação, trazendo os germes de sua doença e propagando-a pela mais simples e perigosa das maneiras.

Têm-se muita pena em combater o seu intercâmbio com o povo são, mas é preciso preservar esse mesmo povo do lastreamento do mal e defender o estado sanitário da cidade.<sup>17</sup>

Em geral, a solução humanitária que as elites ilustradas apresentavam para combater o problema do alto número de leprosos em Uberaba era expulsá-los da cidade e do convívio das famílias, confinando-os em distantes leprosários. Em 1940, por exemplo, houve uma grande mobilização para que essas pessoas indesejáveis fossem deslocadas, contra as suas próprias

---

<sup>16</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**: Anthropos – Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>17</sup> ESTÃO chegando morféticos a Uberaba. **Lavoura e Comércio**. Uberaba, 19 mar 1940. p. 2.

vontades, para a colônia Santa Izabel, em Belo Horizonte. Por várias vezes o *Lavoura* noticiou que um grupo de senhoras “do nosso escol social”, apiedadas com a situação de penúria em que se encontravam os leprosos, estavam se mobilizando para conseguir que os “pobres lázaros” fossem transferidos para Bambuí<sup>18</sup>. Mas o discurso destes uberabenses de bom coração procurava sempre argumentar que essa solução era a melhor para o tratamento condigno e a cura desses enfermos. Para o *Lavoura e Comércio*, a iniciativa dessas pessoas de bem mostrava “o espírito de altruísmo do nosso povo, que nunca se desmentiu em qualquer movimentos de assistência social.”

A outra preocupação social dizia respeito ao crescente número de crianças desamparadas que perambulavam pelas ruas “implorando a caridade pública e adquirindo vícios e hábitos condenáveis”. De forma análoga ao caso dos leprosos, a solução que as elites encontravam para os menores abandonados era recolhê-los a abrigos públicos. Em 1940, muito se publicou sobre as iniciativas de “um grupo de pessoas, pertencentes à melhor sociedade de Uberaba” que, para agasalhar “os infelizes menores entregues ao azar de um triste destino”, estava organizando uma fundação “de caráter eminentemente filantrópico, patriótico e social”. Os membros da diretoria contavam, para isso, com a “fidalguia” e com o “espírito filantrópico de nossa população que jamais desampara iniciativas dessa ordem.<sup>19</sup>” O lema que parecia inspirar a época era: “Para o verdadeiro mendigo, um asilo; para a criança desamparada, um abrigo.<sup>20</sup>” Ou seja, para impedir que esses problemas sociais depusessem contra os foros de civilização almejados pela cidade, era preciso recolher das ruas as crianças, os leprosos e os mendigos para confiná-los em instituições filantrópicas.

Por isso, em mais um curioso paradoxo, as casas de caridade, por um lado, faziam muito sucesso no imaginário moral da cidade; mas por outro, essas instituições funcionavam sempre de forma precária e invariavelmente clamavam por doações. E evidentemente, assistindo a tamanha penúria, as elites misericordiosas jamais perdiam a oportunidade de ostentar sua índole bondosa. Assim, uberabenses de bom coração passaram a cultivar o hábito de procurar os jornais para anunciar os donativos que vez ou outra concediam às instituições de caridade.

Em uma matéria intitulada “É preciso ajudar as criancinhas”<sup>21</sup>, por exemplo, o *Lavoura e Comércio* noticiou que algumas almas caridosas haviam feito doações ao Orfanato Santo Eduardo, das irmãs dominicanas. Deste modo, toda a cidade ficou sabendo que Otto Dornfeld oferecera cinco quilos de manteiga, Antonio Pires Bueno doara 50\$ e Lafaiete de Melo

---

<sup>18</sup> OS LEPROSOS de Uberaba serão imediatamente recolhidos à colônia de Santa Izabel. *Lavoura e Comércio*. Lavoura e Comércio. Uberaba, 12 fev. 1941. p. 3.

<sup>19</sup> FUNDAÇÃO Uberaba para menores abandonados. *Lavoura e Comércio*. Uberaba, 12 nov 1940. p. 4.

<sup>20</sup> O PROBLEMA dos menores de Uberaba. *Lavoura e Comércio*. Uberaba, 7 mar 1940. p. 3.

<sup>21</sup> É PRECISO ajudar as criancinhas. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 19 set. 1940. p. 2.

contribuía com 100\$. Por ocasião de um culto de saudade de Francisca Cândida Guarita, amigos e parentes subscreveram uma lista de donativos que seria encaminhada às casas de caridade uberabenses. O jornal publicou, um a um, os nomes de cada doador, acompanhados dos respectivos valores.<sup>22</sup>

A publicação dessas listas de caridosos era um expediente muito comum na imprensa da época. Certa vez, o *Lavoura* noticiou que na cidade corria uma lista para angariar donativos para a compra de uma “perna de borracha” para a “infeliz aleijada”, Geny Maria Nunes, cuja foto foi estampada na notícia. Até aquele momento, seis pessoas haviam contribuído com quantias que variavam de 10\$ a 100\$.<sup>23</sup> O jornal publicou o nome completo de cada um dos doadores, ao lado dos valores ofertados. Outra vez, publicou-se a lista de pessoas altruístas que haviam feito donativos de 10\$ a 50\$ para o “Natal das Telefonistas”.<sup>24</sup> Em outro caso, sob o título de “Os belos gestos de caridade”<sup>25</sup>, o diário uberabense publicou a lista de filantropos que haviam feito donativos a uma “pobre viúva que está vivendo com seis filhos, na maior miséria”. Assim, ficamos sabendo que Armando Cerqueira, um “conceituado proprietário” da cidade, doara 10\$. Os exemplos são inúmeros. E a título de comparação, o salário mínimo recentemente instituído para trabalhadores da indústria e do comércio em Uberaba era de 170\$<sup>26</sup>. A assinatura anual do *Lavoura e Comércio* custava 40\$. O bilhete de cinema no São Luis custava 2\$.

Os fazendeiros e pecuaristas – a nata da elite da cidade – também estavam preocupados em se apresentar como cidadãos exemplares e de nobre caráter. O pecuarista Geraldino Rodrigues da Cunha, ex-agente executivo de Uberaba, era descrito como um cidadão de “nobres predicados morais”, um “chefe de família exemplar e amigo dedicado”, além de ser uma das figuras que “mais têm cooperado para o engrandecimento e progresso” da cidade<sup>27</sup>. Silvio Caetano Borges, um dos “mais abastados fazendeiros e importantes criadores de nosso município”, era uma figura de “acentuada projeção” nos meios sociais de Uberaba. “Pelo seu cavalheirismo, pelas excelentes qualidades de caráter e de coração que é possuidor, o sr. Silvio Caetano Borges desfruta de invejável conceito no seio da sociedade uberabense.”<sup>28</sup> O Coronel Antonio Rios era um “destacado elemento de nossos meios sociais e adiantado criador em nosso município”<sup>29</sup>. Osório Adriano da Silva, um “forte pecuarista” e “figura de destaque dos nossos

---

<sup>22</sup> CULTO de saudade de D. Francisca Cândida Guarita. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 1 nov. 1940. p. 3.

<sup>23</sup> UM ATO de grande caridade. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 7 dez. 1940. p. 2.

<sup>24</sup> NATAL das telefonistas. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 27 dez. 1940. p. 3.

<sup>25</sup> OS BELOS gestos de caridade. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 6 mar. 1941. p. 3.

<sup>26</sup> FOI ASSINADO ontem o decreto instituindo o salário mínimo em todo o país. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 2 maio 1940. p. 4.

<sup>27</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 24 set. 1940. p. 3.

<sup>28</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 12 nov. 1940. p. 5.

<sup>29</sup> SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 24 out 1940. p. 5.

meios sociais”, conta com um “dilatado círculo de amigos e admiradores de suas marcantes qualidades de coração e caráter”<sup>30</sup>.

Incentivados pelos jornais, os fazendeiros também procuravam ostentar suas ações caridosas para reafirmar a bondade de seu caráter. Para isso, mandavam publicar na imprensa as quantias em dinheiro que, vez ou outra, decidiam doar para instituições filantrópicas. Por exemplo, sob o título de “Os lindos gestos de caridade”<sup>31</sup>, o *Lavoura e Comércio* noticiou que o “estimado fazendeiro” Duarte José de Andrade deixara na redação do jornal o montante de 65\$, que deveria ser destinado ao Leprosário de São Vicente, em Uberaba. Assim, o jornal anunciava para toda a cidade que aquela importância estava “à disposição do tesoureiro daquela benemérita instituição de caridade, que a poderá procurar nesta redação a qualquer hora”. Em outra ocasião, sob o título de “Um gesto de alta filantropia”, o jornal noticiava que João Quintino Teixeira Jr, um “forte criador em nosso município e de acatada figura de nossa sociedade”, acabara de fazer mais um “importante donativo” para contribuir na construção de um pavilhão de isolamento de portadores de doenças contagiosas da Santa Casa de Misericórdia. Nas palavras do redator, com a doação de 20:000\$ (vinte contos de réis), Quintino consagrava-se como um dos maiores benfeitores da Santa Casa, fazendo jus à “imorredoura gratidão” daqueles que iriam se beneficiar da obra. “Merecem destaque atos semelhantes a esse como páginas de exemplo do bom coração humano, como incentivo àqueles que quiserem seguir o seu exemplo, distribuindo o supérfluo de sua farta messe, com os famintos de alimento e de saúde”<sup>32</sup>.

### **A prática da repressão**

Nas sombras deste espírito caridoso, a boa sociedade de Uberaba jamais deixou de estabelecer mecanismos repressivos para ordenar e civilizar o município pela força. Para uma elite que almejava ser adiantada, requintada e civilizada, a conquista do “refinamento” e da “polidez” era um objetivo muito precioso. Como mostra Starobinski<sup>33</sup>, o conceito de civilizar esteve historicamente ligado à idéia de polir, de abolir todas as asperezas e as irregularidades grosseiras, de apagar toda a rudeza, suprimir tudo que poderia dar lugar ao atrito, fazendo com que os contatos sejam deslizantes e suaves. No mundo social, polir está ligado à idéia de ornar, suavizar o espírito e os costumes, de tirar as irregularidades, tornar claro e luzente à força de esfregar. Assim, o tratamento que se dá ao grânulo das coisas e aos indivíduos no processo de polimento não está isento de certa violência – compensada, por sua vez, pelo abrandamento dos costumes e das maneiras.

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> OS LINDOS gestos de caridade. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 8 nov 2007. p. 3.

<sup>32</sup> UM GESTO de alta filantropia. *Lavoura e Comércio*. Uberaba. 6 mar 1941. p. 5.

<sup>33</sup> STAROBINSKI, Op Cit.

Deste modo, mendigos e menores de rua eram considerados verdadeiros defeitos na superfície social e deveriam, portanto, serem extirpados, desinfetados, polidos e civilizados. Um trecho de um editorial do *Lavoura e Comércio* é emblemático desse pragmatismo autoritário: “O mendigo que infesta as nossas vias públicas já é um grande peso morto dentro das nossas possibilidades de progresso e um grave problema que temos a resolver. O mendigo doente é, então, uma verdadeira calamidade pública inútil e prejudicial”.<sup>34</sup>

Para resolver este problema, os uberabenses passaram a contar com os serviços do Coronel José Vargas, o “enérgico delegado de polícia especial”, que iniciou uma truculenta campanha de investigação para enquadrar, fichar e expurgar o grande número de “pobres e pedintes que infestam as nossas ruas”. Na opinião do *Lavoura e Comércio*, muitos daqueles mendigos eram, de fato, “criaturas necessitadas e miseráveis”, que dependiam da caridade para viver; contudo, outros deles eram “robustos e capazes”, e faziam da mendicância “profissão e meio de exploração, quando poderiam ser úteis à coletividade com seu trabalho”.<sup>35</sup>

A partir dessa fiscalização depuradora empreendida pelo coronel Vargas, os mendigos que fossem considerados “realmente pobres” e que não conseguissem a assistência dos já superlotados asilos da cidade, receberiam uma ficha policial que os habilitariam a recorrer à caridade pública. Para o *Lavoura e Comércio*, o ideal seria o internamento de todos os mendigos em estabelecimentos apropriados, onde tivessem a assistência coletiva “e livrassem as nossas vias públicas de suas presenças pouco desejadas, por deporem contra os nossos foros de civilização.” Mas como a cidade ainda não dispunha dos meios adequados para cuidar de todos os pedintes, parecia “bastante louvável” aquela determinação do ilustre delegado que, assim, “vem dar solução provisória a um importante problema social”. O jornal ressaltava, por fim, que aqueles que fossem pegos pedindo esmolas pelas ruas sem portar a ficha seriam alvo de “severas medidas”.

Os menores abandonados também inspiravam uma forte aversão social no reverso do discurso piedoso. Por exemplo, sob o título de “Moleques destruidores”, o *Lavoura e Comércio* registrou que a cidade tinha um sério problema a resolver:

Trata-se dos garotos desocupados e vadios que infestam as nossas ruas, quer como mendigos, quer como crianças abandonadas ao léu da sorte e que nada tendo que fazer praticam atos de pouca conveniência e mínima educação.

Esses meninos assaltam quintais, quebram lâmpadas, sujam janelas, depredam portas e letreiros luminosos.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> VAI ser fichada a mendicância de Uberaba. **Lavoura e Comércio**. Uberaba, 20 nov 1940. p. 2.

<sup>36</sup> MOLEQUES destruidores. **Lavoura e Comércio**. Uberaba. 13 dez 1940. p. 3.

A senhora Cornelia da Costa Machado estava particularmente indignada contra essa situação, especialmente depois que alguns desses moleques estragaram o letreiro luminoso de seu estabelecimento de cabeleireira, o “Chic do Triângulo”. Desse modo, o jornal apelava para que o “ilustre e enérgico” Coronel José Vargas tomasse as medidas necessárias para que essa situação não mais se repetisse, pois fatos como esse “depõem contra os nossos foros de civilização”. Ou seja, a truculência era o remédio amargo para garantir a elegância da sociedade uberabense.

### **Considerações finais**

Com tudo isso, pretendemos destacar a função propriamente política das colunas sociais e do noticiário lisonjeiro que caracterizava o jornalismo uberabense – e, provavelmente, de grande parte da imprensa interiorana neste período. Mais do que apenas satisfazer o narcisismo das elites, as considerações de estima das colunas sociais funcionavam sobretudo como uma marca simbólica para que os indivíduos assinalassem sua distinção, legitimassem seu domínio, demarcassem seu espaço na imaginação da cidade e, conseqüentemente, circunscrevessem as oportunidades sociais a um conjunto bastante restrito de uberabenses “conceituados” e “benquistos”. Ou seja, receber menções elogiosas na imprensa e participar desses grupos carregava esses sujeitos de uma simbologia de status e, deste modo, ampliava as possibilidades de ascensão social – ou de manutenção da posição de classe. Ao conquistar visibilidade ostentando o signo da admiração pública, o sujeito elogiado nos jornais tinha mais chances de ser convidado para exercer funções de destaque nas empresas, para ocupar cargos públicos de primeiro escalão, para assumir diretorias remuneradas de clubes e associações, entre outras vantagens. A distinção também fazia com que esses atores sociais fossem convidados especiais em reuniões, festas particulares e bailes de formatura, estabelecendo círculos com outros atores do mesmo grupo de influência e fechando ainda mais a probabilidade de desfrutar privilégios sociais. Por fim, a aura da elegância, da instrução e do altruísmo legitimava a truculência dos expurgos e o autoritarismo que era empreendido em nome dos mais altos valores sociais. Por tudo isso, naquela sociedade provinciana e empobrecida, as colunas sociais não serviam apenas à vaidade ou a um narcisismo fortuito das elites, mas tinham uma função predominantemente política e econômica.